

FONTE : JT

CLASS. : 270

DATA : 12 12 90

PG. : 04

Xapuri contra o Brasil

Rodrigo L. Mesquita

Hoje começa o julgamento do líder seringueiro Chico Mendes, em Xapuri. Que se faça justiça. Mas, mais do que isso, não podemos perder a oportunidade de dar um salto qualitativo em relação à discussão sobre o processo de ocupação da Amazônia. Na realidade, é isso que estamos julgando. E não vale a pena permitir que esta discussão séria e necessária seja manipulada por ideólogos, ambientalistas de momento ou outro tipo qualquer de oportunista sem compromissos sérios com o futuro do Brasil.

O processo de aproximação dos mercados, consequência da revolução tecnológica causada pela evolução do capitalismo e, por isso, da evolução do saber e do espírito humano, permite que qualquer habitante do planeta se preocupe com o que ocorre hoje na Amazônia. Isso é positivo na medida em que nos obriga, a nós brasileiros, seja lá de qual credo formos, a desemocionalizar a discussão e a procurar informações concretas para respaldar a utilização dos recursos da Amazônia no nosso processo de criação de riqueza.

A incipiente política de meio ambiente do governo Collor, graças à atuação do secretário Nacional para o Meio Ambiente, professor Lutzenberger, já teve seu primeiro resultado: conter a onda mundial contra o processo de ocupação da Amazônia ao lembrar aos países desenvolvidos que este mesmo tipo de processo foi ainda mais devastador em seus territórios e que são eles os principais fatores de ameaça à vida futura na Terra — consequência dos dejetos da industrialização.

É chegado o momento de o professor Lutzenberger e sua equipe trazerem esta discussão para o nosso dia-a-dia. Não basta sabermos que já foi desencadeado programa herdado de governos passados para acabarmos de consolidar o zoneamento agroecológico da Amazônia, ferramenta indispensável para a racionalização da política de ocupação da Amazônia e para a instituição de uma necessária política de ordenamento territorial para todo o território nacional.

Todas as etapas para que se institua esta metodologia devem ser exaustivamente discutidas, se o governo Collor deseja de fato mudar as regras do jogo. Para o Estado controlar, na medida em que é possível controlar, os conflitos gerados pela abertura de uma nova fronteira, ele precisa estar lá antes. Não é suficiente promover obras e fornecer infra-estrutura, que é paga por todos nós.

Se for esta a postura do governo, das entidades não governamentais e de todos os focos formadores de opinião, teremos a oportunidade de dar uma demonstração de maturidade política desconhecida nesta época do modismo ecológico. Com isso, a vida das comunidades de seringueiros da Amazônia, que para lá começaram a se deslocar no século XIX, e com mais intensidade durante a 2ª Guerra Mundial, terá algum peso nesta discussão. A vida deles, a dos povos da floresta, que somos todos nós, e da própria floresta com seus recursos naturais renováveis.

Isso, numa época em que os seringais naturais estão condenados pelos seringais plantados. Estes

são frutos de avanços da biotecnologia que permitiu a criação de plantas híbridas, imunes a uma série de doenças das suas regiões naturais e que já gerou em Estados como o de São Paulo nove milhões de árvores plantadas de forma regular e ordenada, o que evidentemente dá outro ritmo a esta atividade econômica, com conseqüências óbvias para os seringais naturais.

O que está ocorrendo então no Acre? Tendo como foco o julgamento do assassinato de Chico Mendes, estamos discutindo o que vai ocorrer com as comunidades tradicionais de seringueiros e outras comunidades que vivem de forma mais ou menos harmoniosa com a floresta e seus recursos. Vale a pena substituir tudo por pastagens? Vale a pena explorar de alguma forma os recursos florestais? Vale a pena explorar de alguma forma os recursos minerais? Vale a pena contaminar os nossos rios com mercúrio? Vale a pena abrir de forma definitiva a BR-364, a tal estrada que nos ligará ao Pacífico e conseqüentemente ao emergente mercado asiático?

São estas as questões que estão em discussão, hoje, no Acre. E embora seja impossível desemocionalizar completamente o debate, temos a obrigação, cada um de nós como cidadãos e mais ainda qualquer um de nós que tenha algum tipo de responsabilidade pública, de fazer um esforço coletivo no sentido de saber onde estamos e para onde desejamos ir.

Como? Não aceitando o discurso vazio, a festividade. Seja de quem for: autoridades públicas, entidades não governamentais, a mídia. Mesmo porque hoje a Humanidade conta com algumas ferramentas para levantar informações precisas sobre as questões que estão em jogo. Um exemplo: a questão da BR-364, que acelerará o processo de ocupação do Acre e que deverá vir a ter conseqüências no processo de ocupação da calha norte da Amazônia.

Em relação a esta estrada, deveríamos estar promovendo um levantamento do impacto social, ambiental e econômico da sua construção. A partir do resultado e conseqüente divulgação desta equação, gerariamos um grande debate sobre a questão. Consolidada esta etapa, haveria massa crítica para dar os rumos ao processo com os cuidados necessários no que diz respeito às pastagens, aos recursos florestais, minerais e hídricos e, principalmente, às populações locais.

É um processo delicado e complicado, sujeito, como qualquer processo, a uma série infundável de distorções. A alternativa, no entanto, é continuarmos nas mãos de lobistas e pára-quadistas que chegam ao poder público desprovidos de competência ou qualquer outra intenção que não seja a de se locupletar.

Ao secretário Lutzenberger desejo boa sorte, na esperança de que sua equipe não se enquadre nos casos citados acima. A Chico Mendes desejo justiça, na esperança de que não passemos a vida inteira assistindo a espetáculos como o da exploração demagógica da sua tragédia.